

Acordo com Leste Europeu muda

Brasília — Mudar ou denunciar. Esse foi o dilema que o Governo brasileiro teve de enfrentar no final de dezembro em relação aos acordos de pagamentos vigentes com a Romênia e a Hungria, para obedecer às exigências do Fundo Monetário Internacional, que é contrário ao acúmulo de débitos escriturais nas relações comerciais.

A modificação dos sistemas de pagamento, preservando a modalidade de **clearing** (compensações), foi feita no espaço de duas semanas, com a visita de uma delegação do Banco Central brasileiro a Budapeste e a assinatura de um protocolo pelo Chanceler Saraiva Guerreiro e pelo Embaixador romeno interino Anton Doeceiu, no dia 29, no Itamarati.

A novidade imposta foi a obrigação de liquidação automática de débitos toda vez que

for alcançado o limite de 20 milhões de dólares e a sua liquidação trimestral, independente do montante dos débitos — sempre em moeda conversível através dos bancos centrais.

Um alto funcionário do Itamarati afirmou que essas modificações, feitas para atender às exigências do FMI, nada tiveram a ver com o problema específico dos débitos da Polônia, que estão sendo resolvidos no âmbito do Clube de Paris.

A única opção possível — além da modificação do sistema de **clearing** — seria a denúncia pura e simples dos acordos de pagamentos com os dois países do Leste Europeu, uma vez que todos os demais parceiros comerciais da área, incluindo a União Soviética e a Tcheco-Eslováquia, já liquidam as suas contas com o Brasil usando moeda conversível.